

Projecto de Resolução n.º 751/XV/1ª

Recomenda ao Governo o início da construção do hospital do Algarve

Exposição de motivos

Portugal atravessa há alguns anos dificuldade no acesso à saúde. Estas dificuldades agravaram-se durante o período de pandemia, onde ficou visível a dificuldade na afetação de recursos e as suas consequências no atendimento aos doentes e no funcionamento regular dos serviços.

As listas de espera para consultas, cirurgias e meios complementares de diagnóstico continuam extensíssimas, o número de utentes sem médico de família atingiu números record, existindo atualmente cerca de um milhão e setecentos mil portugueses sem médico de família¹, as urgências, com especial carência na pediatria e ginecologia/obstetrícia, fecham frequentemente por falta de recursos humanos, e a falta de medicamentos nas farmácias são uma realidade.

Acresce a todos estes factos a passagem de hospitais como Braga, Beatriz Ângelo, em Loures, e Vila Franca de Xira de uma gestão em PPP para uma gestão EPE, agravando o acesso e a degradação dos serviços, comprovado pelas sucessivas queixas dos utentes e frequência de fecho dos serviços nestes hospitais por falta de médicos.

A fixação de médicos no SNS passa não só por torná-lo mais atrativo economicamente, mas também dando condições de trabalho dignas para prestar cuidados de qualidade aos doentes.

O Hospital Central do Algarve é uma promessa há 19 anos e uma promessa reiterada sistematicamente. Desde 2002, que se identificou a necessidade da construção de um novo hospital no Algarve, era Durão Barroso o primeiro-ministro e Luís Filipe Pereira o ministro da saúde. Em 2006, com o PS no poder, Correia de Campos, o ministro da saúde de então, aprovou uma lista que coloca o Hospital Central do Algarve como 2ª prioridade dos hospitais a construir no país.

¹ <https://omirante.pt/nacional/2023-05-18-Ja-ha-quase-um-milhao-e-setecentas-mil-pessoas-sem-medico-de-familia-1cc3c143>

Os anos passaram, lançou-se um concurso para uma Parceria Público-Privada (PPP) construir o equipamento e a empresa Teixeira Duarte ganha o concurso. Contudo, em 2011, quando Pedro Passos Coelho assume o cargo de primeiro-ministro, a PPP que estava a ser criada entre o Estado e a construtora vencedora do concurso fica suspensa. O governo do PSD alega que não tem dinheiro para construir o Hospital.

Desde então nada aconteceu e mais recentemente a ex-ministra da Saúde, Marta Temido afirmou que eram necessários "estudos" para avançar com a construção do Hospital.

O Governo garante que desde 2019 estão a estudar se será possível retomar a Parceria Público Privada, nos termos em que ela foi suspensa, no entanto, até à data nada aconteceu, e os algarvios continuam a sofrer as consequências da falta de cuidados de saúde que este hospital irá colmatar.

As premissas que levaram à construção do hospital de Faro, na década de 1970, são hoje tão atuais como então. Os milhões de turistas que visitam a região não levam uma imagem digna do país, após conhecerem as instalações do Hospital de Faro cuja própria conceção do edifício está ultrapassada, com más condições de acolhimento e infraestruturas ultrapassadas.

No exterior, os acessos são limitados e é impossível estacionar o carro. Além de que o Algarve carece de novas valências médicas, disponíveis somente em Lisboa, a 300 quilómetros de distância.

Acresce o facto de o Algarve dispor de curso de Medicina, ministrado pelo Centro Hospitalar Universitário, faltando, contudo, o edifício modelar, uma unidade altamente diferenciada, que assegure uma atividade clínica de excelência.

O Algarve é, no contexto nacional, a região com menor número de camas hospitalares por habitante².

O Hospital de Portimão deixou de ser um recurso confiável, para se tornar um motivo de preocupação e receio para os utentes que a ele recorrem. A par da falta de recursos materiais e humanos, os utentes salientam a indignação dos profissionais de saúde que trabalham no

² [Algarve: um novo Hospital, um novo conceito – Barlavento \(sapo.pt\)](https://www.sapo.pt)

Hospital de Portimão e reforçam que só a enorme entrega e resistência dos profissionais têm evitado males maiores.

É urgente que a construção do Hospital Central do Algarve avance e que seja acompanhada de um reforço musculado de meios técnicos e humanos.

A falta de meios técnicos e humanos da região do Algarve agrava-se a cada dia e é cada vez mais insustentável, com doentes a esperarem demasiado tempo para realizar cirurgias e outros meios complementares de diagnóstico, urgências em rutura e sem resposta e transferências de doentes para Lisboa.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, recomendam ao Governo que:

Seja retomada a PPP para a construção do novo Hospital do Algarve, devendo o início da construção do mesmo acontecer até ao final de 2023.

São Bento, 5 de junho de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa